

17 AGO 1983

Qual é a ameaça da dívida dos países pobres?

Robert E. Wientraub(*)

A proposta do governo norte-americano de aumentar os recursos financeiros do Fundo Monetário Internacional e dos Acordos Gerais de Empréstimos está sendo debatida em uma atmosfera de crise. Temores de um colapso bancário e de queda de exportações que deprimem a atividade econômica são generalizados. Mas, na verdade, não há problema conjunto de dívida do mundo em desenvolvimento.

Para entender por que isto acontece, precisamos fazer as seguintes perguntas: qual é o tamanho das dívidas externas das nações em desenvolvimento? Elas conseguem atender os serviços dessas dívidas? O que acontecerá aos nossos bancos se não o fizerem? E às exportações? Existe um mecanismo de mercado para resolver a crise?

A Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) estima que as dívidas externas de médio e longo prazos de países em desenvolvimento não pertencentes à OPEP totalizavam US\$ 520 milhões no final de 1982.

Os empréstimos de médio e longo prazos, exceto os créditos à exportação oficialmente garantidos, somavam US\$ 182 bilhões, ou 35% do total. O restante consiste em ajuda oficial ao desenvolvimento, créditos de exportação, empréstimos privados não bancá-

rios, empréstimos de organizações multilaterais, etc.) Quando se considera o que é de fato um saldo positivo nas contas de curto prazo, o nível de risco dos bancos, excluindo os créditos de exportação, chega a US\$ 159 bilhões, segundo a OCDE.

Com relação a bancos norte-americanos, os dados do Federal Reserve mostram que, em junho de 1982, os empréstimos de médio e longo prazos a países em desenvolvimento não integrantes da OPEP e do bloco oriental totalizavam US\$ 108,2 bilhões.

Mesmo esse volume menor é um dado dramático, mas não apresenta significado especial. Os bancos têm grandes riscos em alguns países em desenvolvimento e quase nada em outros. Além disso, países diferentes têm capacidades diferentes de lidar com dívidas. A dívida, como salienta a OCDE, é "um fenômeno que se manifesta no nível de países individuais, e não em conjunto ou médias".

Uma análise, país por país, das dívidas a bancos norte-americanos mostra concentrações em sete países em desenvolvimento não pertencentes à OPEP: Argentina, Brasil, Chile, México, Coreia do Sul, Filipinas e Taiwan. O nível de risco dos bancos norte-americanos nesses países era de US\$ 79,5 bilhões em meados de 1982. Entre as nações da OPEP, o risco

superava US\$ 3 bilhões somente na Venezuela, onde atingiu US\$ 10,7 bilhões. Entre os países em desenvolvimento, o risco de inadimplência é considerado trivial, exceto no caso da Espanha, onde é considerado baixo. A Espanha devia aos bancos norte-americanos US\$ 6,7 bilhões em meados de 1982.

A Coreia do Sul, as Filipinas, a Espanha e a Venezuela conseguiram atender ao serviço de suas dívidas, enquanto México, Brasil, Argentina e Chile tiveram dificuldades. O Brasil e o México foram os países mais afetados financeiramente.

As condições econômicas mudaram nos meses recentes. A Libor — taxa interbancária londrina —, à qual se vinculam as taxas variáveis de empréstimos, caiu cerca de 7%. Embora os "spreads" entre as taxas de juros e a Libor tenham aumentado um pouco, as nações devedoras serão beneficiadas com a mudança. Baseando-se no endividamento de 1982, uma redução de 1% nas taxas de juros diminui os pagamentos anuais do serviço da dívida do México em US\$ 593 milhões, do Brasil em US\$ 455 milhões e da Argentina em US\$ 205 milhões.

Segundo, os preços do petróleo caíram. Isto diminuirá as receitas de exportação do México e da Venezuela, reduzindo sua capacidade de fazer o serviço da

dívida, mas aumentará a capacidade de outras nações devedoras de realizar o serviço da dívida, já que seus gastos com as importações declinarão.

Terceiro, uma recuperação, entre moderada e forte, está em curso e atingiu os países desenvolvidos. Para a maioria das nações em desenvolvimento, isso também ajudará.

Finalmente, as nações devedoras tomaram "medidas decisivas" para aumentar sua capacidade de efetuar o serviço de dívida. Desvalorizações cambiais substanciais garantem que aumentarão suas exportações, atrairão investimentos estrangeiros, diminuirão as importações e restringirão o consumo. (Disciplina monetária e fiscal é necessária agora, para validar as novas taxas cambiais.)

Em meados de 1982, o total do capital dos bancos norte-americanos somava US\$ 66,2 bilhões. Os empréstimos a países em desenvolvimento não membros da OPEP alcançavam 1,6 vez esse capital. Só a inadimplência do México e do Brasil eliminaria 95% do capital dos nove maiores bancos norte-americanos e 74% do capital dos quinze maiores bancos seguintes.

Se houver inadimplências, haveria menos empréstimos e menos comércio internacionais. Exportaríamos menos. Mas é fácil superestimar a situação

e os danos. Primeiro, o comércio com a maioria dos países diminuiria só um pouco. Segundo, o comércio com as nações que deixaram de pagar a dívida não seria reduzido a zero. Alguns entendimentos financeiros relacionados a comércio continuariam. Novos acordos com credores não envolveriam antes poderiam ser iniciados. Os saldos nas contas dos países devedores seriam anulados por sua inadimplência e, assim, seria relativamente menos arriscado conceder-lhes empréstimos. As nações inadimplentes poderiam usar o dinheiro obtido das exportações para financiar as importações na base de pagamento a vista; elas não mais teriam de pagar juros. Haveria também acordos de troca.

Finalmente, em economias de mercado, a redução de alguns setores é posteriormente compensada por ampliação de outros. Se o comércio declina, os recursos empregados nos setores de exportação serão redistribuídos em setores que produzem produtos e serviços importados, ou substitutos próximos, e em outras áreas. Existe um mecanismo equilibrador em funcionamento, embora não funcione de modo instantâneo e indolor.

(*) Economista sênior da Comissão Econômica Conjunta do Congresso norte-americano.